O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MAIS UM BOM ANO PARA O AGRO

MUITO DIFÍCIL tem sido o começo do novo governo. Combater adequadamente atitudes tresloucadas (como a invasão de Brasília em 8 de janeiro último) e acertar o rumo da economia (principalmente o ajuste fiscal) são tarefas gigantes. As duas vêm sendo conduzidas com acertos e erros. Aparentemente, a relação com as Forças Armadas está no rumo correto. Já o ajuste fiscal ainda não convenceu. Algumas medidas anunciadas vão na direção correta, mas são prejudicadas por alguns pronunciamentos do presidente. Não parece adequado criticar a independência do Banco Central do Brasil (BCB), por exemplo.

Curiosamente, a imagem é positiva para o exterior. O câmbio está estável e sinaliza alguma valorização. Por outro lado, a inflação deve ficar na casa dos 5,00%, bem como a Selic em 13,75%, produzindo um juro real (livre de risco) de 7,00% ao ano. Nenhuma atividade aguenta essa taxa de juros reais. Alguns economistas famosos e laureados com o Nobel de Economia começam a criticar juros reais tão elevados no mundo. Uma boa discussão acadêmica! Mas não é acabando com a independência do BCB que esse assunto se resolve. Os produtores devem considerar esses dados para tomar suas decisões. Os preços dos produtos agrícolas devem manter-se em bons níveis de maneira geral. E isso importa muito.

No caso da soja e do milho especificamente, espera-se, ainda, preços em patamares historicamente elevados (apesar de menores do que nos últimos dois anos), o que deve assegurar um bom resultado para o produtor. No mercado de boi gordo, os preços seguirão com pressão de baixa, com mais um ano de descarte de fêmeas. Na pecuária leiteira, os preços deverão seguir em patamares historicamente elevados, principalmente no período de entressafra de capim, trazendo boas perspectivas para os preços do leite ao produtor.

Em outro artigo, discute-se a importância do acompanhamento dos preços nas bolsas de futuros e se simula a realização de um *hedge* (proteção contra o risco de preço) para travar o preço de venda da produção de milho. Na análise realizada, se um produtor em Maringá-PR que terá a sua produção disponível para comercialização em setembro realizasse uma operação de *hedge* na B3 no final de janeiro, poderia assegurar 18% de margem operacional, com um lucro estimado de R$ 1.311,22 por hectare.

Seguindo a tradição dos últimos anos, publicamos um artigo que avalia a rentabilidade das produções agropecuárias em 2022. A cana repetiu o feito de 2021, apresentando a melhor rentabilidade entre as opções de investimento analisadas. Além dela, o milho, a soja, a pecuária de corte (ciclo completo e recria e engorda) e a pecuária leiteira (alta tecnologia) superaram o dólar, o ouro e o Ibovespa, importantes ativos tradicionais.

Ao nos voltarmos para o tema da sustentabilidade, um estudo conduzido pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) aponta que a implementação de tecnologias de recuperação de pastagens degradadas tem o potencial de gerar um resultado superior aos custos incorridos no processo de recuperação. O investimento necessário para a recuperação da totalidade das pastagens degradadas da Amazônia Legal é estimado em R$ 105,55 bilhões.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a principal ameaça à competitividade do agronegócio brasileiro está na excessiva dependência do transporte rodoviário de cargas nos fluxos de longas distâncias. Essa situação decorre da flexibilidade e da disponibilidade desse modal e da falta de alternativa ferroviária ou hidroviária, por inexistência, insuficiência ou ineficiência dos serviços oferecidos. Na safra atual (2022/23), uma nova grande colheita está prevista para a soja, como ocorre há anos. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) mostra que o milho segue o mesmo caminho de expansão, estimulado pelo protocolo comercial firmado pelo Brasil com a China.

O braço financeiro da primeira fase do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), de 2010 a 2020, foi o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), vinculado ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP). Agora, o momento mira para o cenário de 2030, com o cumprimento das metas do Plano voltado para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+). Esse assunto foi tema de discussão no *webinar* "Financiamento privado para alcançar as metas do Plano ABC+", realizado pela Agroicone e coberto pela ***Agroanalysis***.

Para encerrar, uma das prioridades anunciadas pelo governo federal é a reformação do sistema tributário brasileiro. A economia brasileira demanda um ambiente mais favorável, com eficiência de negócios para sanar as cobranças diferenciadas ocorridas entre vários setores. Dar transparência aos mercados e facilitar a tributação de bens e serviços também faz parte da agenda de prioridade do Congresso Nacional. Na entrevista deste mês, Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), traz a sua análise sobre esse tema. ■